

**A ESPACIALIDADE DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO NAS INDÚSTRIAS
IMPORTADORAS E EXPORTADORAS INSTALADAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA
– BA.**

**Miriam Cléa Coelho Almeida - UESB (Estrada do Bem Querer Km-04, Vitória da
Conquista - BA- BR) mirian@uesb.br**

**Renato Leone Miranda Léda - UESB (Estrada do Bem Querer Km-04 Vitória da
Conquista - BA- BR) renleda@uesb.br**

**Verônica Ferraz Macedo - JTS (Rua Otávio Santos, Vitória da Conquista - BA-BR)
veronica.ferraz@gmail.com**

Introdução

O processo de reestruturação produtiva do capital tem provocado transformações substanciais nas relações de trabalho e de produção que estão presentes nas atividades comerciais, industriais e de serviços. Estas transformações são hoje percebidas em diferentes escalas espaciais, nas grandes metrópoles, nas cidades pequenas e médias, ou ainda, no espaço agrário.

O município de Vitória da Conquista, localizado entre as latitudes 14°53'43" S e 14°48'13" S e as longitudes 40°49'12" W e 40°53'43" W, no Sudoeste do Estado da Bahia, tem centralizado o dinamismo de uma região do semi-árido baiano e nordestino, e, assim como as demais localidades, se insere num contexto em que as relações de trabalho e produção implementadas pelo setor comercial, industrial e de serviços também vêm sendo alteradas ao longo do tempo. Estas alterações são observadas nas bandeiras de lutas dos sindicatos dos trabalhadores, no desenho do espaço da fábrica, no modelo de produção instituído pelas empresas, na terceirização de serviços, no crescimento do trabalho informal, nos contratos temporários, na produção do espaço agrário com a atividade cafeeira e pecuária, dentre outras.

Apesar de reconhecer que as transformações atingem todas as atividades econômicas, privilegia-se para este estudo, a indústria em Vitória da Conquista, caracterizada por

pequenas, médias e grandes empresas; pela diversificação de ramos (têxtil, químico, agroindústria, calçadista, alimentício, dentre outros); pela condição diferenciada quanto ao cumprimento da legislação, sendo, portanto, subdivididas em formais (cadastradas pela FIEB) e as informais (de “fundo de quintal”); e pelo grau diferenciado no alcance e atuação junto aos mercados. Entretanto, desde já é importante esclarecer que serão submetidas às análises desta pesquisa as indústrias importadoras e exportadora instaladas em Vitória da Conquista, procurando analisar as alterações que estas realizaram, tanto nas relações de produção, quanto nas relações de trabalho, objetivando a adequação às novas exigências do processo produtivo do capital.

Mesmo com a intensificação dos debates e discussões, no plano local, acerca da reestruturação produtiva do capital e seus rebatimentos nas relações de trabalho e produção na atividade industrial, são muitos os questionamentos levantados e ainda sem repostas (dada à inexistência de dados sistematizados sobre as indústrias importadora e exportadora), carecendo, portanto, de análises mais aprofundadas para sistematização das informações e, mais que isso, para compreender as relações desta tendência com o processo de produção espacial. Processo este que se constitui em tarefa fundamental do geógrafo. Diante dessas constatações, somos estimulados por questões como: As indústrias importadoras e exportadoras instaladas em Vitória da Conquista, sofreram alterações em função da reestruturação produtiva do capital? Houve alguma modificação na relação de trabalho adotada? Houve alteração no quadro de funcionários nos últimos anos? Onde estão e o que fazem os antigos trabalhadores dessas indústrias? Qual a articulação espacial dessas indústrias com fornecedores e parceiros comerciais? Qual a(s) relação(ões) do trabalho nessas indústrias com a produção sócio-espacial da cidade de Vitória da Conquista?

Para responder estas questões torna-se necessária a revisão de conceitos e teorias relativas à atividade industrial, ao trabalho e à produção do espaço.

O Trabalho Industrial e a Produção Sócio-Espacial

Responder as questões inerentes a esta temática permite-nos focar a produção e o trabalho na indústria no atual processo produtivo do capital e seus rebatimentos com a produção sócio-espacial, e, este esforço nos remete à apreciação de teorias que subsidiem a análise de conceitos como produção sócio-espacial, produção do capital, trabalho e indústria.

Desse modo, é importante apresentar princípios desta discussão teórica que orientarão as análises desta pesquisa.

Entende-se que a análise da produção sócio-espacial está inserida no contexto geral da produção capitalista e, portanto, envolve diferentes dimensões: a da dominação política, da acumulação capitalista e da realização da vida humana. As relações que são estabelecidas entre estas dimensões se materializam na produção sócio-espacial, que, para Lefèbvre (1976-2001) são possíveis de serem “vistas, percebidas, sentidas e vividas”. É assim que a noção de espaço extrapola a idéia da localização das coisas, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Essa noção procura então o conteúdo social da reprodução da sociedade revelado pelas “práticas sócio-espaciais”.

A concepção social do espaço presente na obra do sociólogo Henri Lefèbvre, foi fonte de inspiração para muitos geógrafos, a exemplo de Milton Santos com a sua concepção de espaço produto social. Por considerar de extrema importância a contribuição de Lefèbvre para a compreensão da produção espacial, isso nos faz verter um pouco mais em seus ensinamentos.

Ao fazer uma análise marxista do espaço, Lefèbvre (1976-2001) defendia a idéia de que,

[...] o espaço entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções”, nem como um produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional”. O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social). (Lefèbvre 1976-2001, 29-30)

Por assim entender, o espaço é compreendido como o lugar onde as reproduções das relações sociais de produção acontecem e se materializam (re)desenhando as formas espaciais. Como dito anteriormente, este lugar não é apenas o da localização, mas a própria sociedade numa de suas dimensões.

Neste contexto, o espaço passa a ser concebido também como uma totalidade, uma vez que a natureza e a sociedade se reproduzem historicamente através de um movimento interdependente e dialético, ou seja, por intermédio do trabalho produtivo, o homem historiciza a natureza e naturaliza a si próprio gerando assim, a natureza socializada una, a realidade objetiva una. Para Santos (1980), “o espaço deve ser concebido como uma totalidade, embora a prática de análise exige que se encontre a possibilidade de dividi-lo em partes, pois a análise é uma forma de fragmentar o todo que permite ao seu término, a reconstituição desse todo”. Não se trata assim de uma compartimentação positivista. Logo, a noção de espaço como totalidade se impõe. Santos (apud Corrêa 1995, 26-27) considera que a sociedade e o espaço não podem ser tratados separadamente, pois,

[...] uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a *posteriori*, mas sim de formação sócio-espacial. (Correa 1995, 26-27)

Santos (1980) entende que o espaço assim definido deve ser considerado como um fato social, um produto da ação humana, uma natureza socializada, pois é através do seu trabalho de cunho produtivo e social que o homem como sujeito da história vai construindo o espaço.

Para Moreira (1993), o espaço constitui assim, instância fundamental da produção social, identifica-se com o espaço totalizante da formação econômico social, o que significa que a estrutura espacial e sua dinâmica subordina e, ao mesmo tempo, está subordinada pela formação econômico-social. Percebe-se então que ambas se interligam dialeticamente, pois conforme Moreira,

A formação econômico-social organiza a formação espacial em si organizando, estrutura a formação espacial em si estruturando, origina a formação espacial em si originando, transfere suas leis de organização e movimento, isto ocorre também no sentido inverso, o da formação espacial para a formação econômico-social (Moreira 1988, 46).

O espaço examinado por esta perspectiva permite captar e entender os processos que o produzem e lhe dão forma, conteúdo e sustentação.

Estes princípios teóricos da produção do espaço servirão de âncora para a inserção da discussão do trabalho industrial e da dimensão espacial do trabalhador deste ramo de atividade econômica.

A análise da atividade industrial se insere na Geografia desde as teorias de localização industrial de Losch, Weber e Perroux que expressaram a capacidade de articulação espacial exercida pela indústria. Esse poder de articulação espacial da indústria produzirá rebatimentos substanciais no espaço tendo em vista que a sua localização ocorrerá associada à criação de um conjunto de fluxos de mão-de-obra, mercadorias, capital, entre outros e à criação de uma infra-estrutura que suporte as novas demandas da dinâmica industrial. Para Carlos, o desenvolvimento da indústria está subordinado ao “conjunto articulado das atividades de produção, distribuição, circulação e troca” e, portanto, “a industrialização é um fenômeno concentrado no espaço enquanto produto da aglomeração de meios de produção, mão-de-obra, capitais e mercadorias” (Carlos 1988, 44).

É nesse contexto que o processo de industrialização traz consigo o processo de urbanização. No caso brasileiro, a industrialização veio acompanhada de forte crescimento urbano, sobretudo, em áreas concentradoras da atividade industrial como as regiões sul e sudeste do Brasil.

Os Censos demográficos do IBGE mostram, ao longo dos contextos históricos, a intensidade dos fluxos migratórios em direção às áreas industrializadas do país. Ainda hoje, é possível perceber os rebatimentos espaciais desta tendência na

diferencialidade regional e paisagística no território brasileiro. A atividade industrial aliada ao avanço científico e tecnológico imprimiu importantes transformações nos espaços urbano e agrícola, e, se constituíram em alvos de estudo da ciência geográfica nos últimos anos.

As marcas espaciais da concentração da atividade industrial em complexos industriais, centros industriais ou pólos industriais, tipicamente fordistas, podem ser, ainda hoje, percebidas em diferentes escalas. Entretanto, já é possível observar os sinais da descentralização da atividade industrial e da nova reorganização do espaço industrial, face à reestruturação produtiva do capital.

Ao analisar a emergência de um novo sistema produtivo e a geografia dos novos espaços industriais, no contexto da “acumulação flexível”, Benko afirma que,

A estrutura da paisagem econômica sofreu profundas transformações no decorrer dos anos 70 e 80. Produziram-se mudanças estruturais totalmente espetaculares, com a diminuição e depois a cessação de determinados setores, ao passo que outros emergiam e se mostravam dinâmicos. [...] A competitividade variável das atividades econômicas, nas diferentes regiões, teve como resultado taxas de crescimento regional diferentes e um aumento das desigualdades espaciais. (1999, 126)

Ainda segundo Benko, estas alterações geográficas foram compreendidas como o “início de mudança radical de direção: uma nova estrutura urbana e regional gerada numa nova era”. E, portanto, considerava-se que “uma fase de urbanização dava lugar a uma fase de *contra-urbanização*, as antigas regiões e cidades estavam em declínio e novos espaços industriais tinham aparecido” (1999, 126).

Neste processo, há que se repensar os fatores locais da atividade industrial para incorporar os novos comportamentos industriais de localização. Mesmo sabendo que a “importância e a combinação dos fatores de localização não são idênticos para todos os ramos de indústria ou para todos os portes de empresas”, Benko (1999) destaca alguns fatores considerados importantes na localização industrial como: a força de trabalho; a presença de Universidades e institutos de pesquisa; o atrativo da paisagem;

a infra-estrutura de transporte; os serviços e o clima político e dos negócios; e as economias de aglomeração. (133-134).

Acredita-se que a observação destas questões facilita a análise do comportamento industrial no município em pauta.

Voltando-se a atenção agora para o trabalho, percebe-se que, do mesmo modo que a indústria, o trabalho sempre foi uma categoria de análise para a geografia, entretanto, o entendimento mais consensual era de que somente por meio do trabalho o homem produzia e reproduzia o espaço para a satisfação das necessidades humanas. Vê-se, então, a afirmação do trabalho como uma categoria mediadora da relação do homem com a natureza. Hoje, observa-se um deslocamento do trabalho da posição de mediação para ocupar uma posição central na análise geográfica. Exemplos disso são as contribuições dos geógrafos Moreira e Thomaz Júnior. Este último que ao pautar-se na dialética do processo social, entende que “o trabalho sob o enfoque geográfico, é compreendido por nós, pois, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser* está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem”. (Thomaz Júnior 2002a, 4)

Além da centralização proposta, outro convite é feito para se pensar o trabalho para além “do chão da fábrica”, que sedimentou o conceito de trabalho ao espaço interno das fábricas, das regulações taylorista, fordista e toyotista. Hoje, a reestruturação produtiva do capital, sob a regência do modelo toyotista o trabalho tem assumido diversas modalidades que precisam ser melhor investigadas. Segundo informações levantadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre as décadas de 1940 e 1980, para cada 10 postos de trabalho 8 eram de assalariados e 2 por conta própria, e, entre as décadas de 1980 e 1990, de cada 10 postos de trabalho, 2 são assalariados, 5 são por conta própria e 3 não possuem remuneração ou são subempregados.

Este cenário tem sido interpretado de diferentes formas: para alguns, significa o fim do trabalho, para outros, significa a necessidade de alargar o conceito de trabalho para envolver outras dimensões, não apenas as criadas pelas instâncias formais do capitalismo. Sobre esta última, Thomaz Júnior adverte que é preciso pensar que “o mundo do trabalho não se restringe mais à fábrica, tampouco a fábrica é o mundo do

trabalho; o trabalho tem seu sentido ampliado, revelando-se polissêmico. Em tempos de globalização outros códigos e arranjos espaciais se apresentam para serem decifrados”. (Thomaz Júnior 2002a, 7)

Ainda nesta direção, a proposta apresentada por Moreira é a de “trocar o conceito estrito de trabalho utilizado até agora, por um conceito tão amplo que na nossa discussão a consequência imediata seja o resgate do sujeito na história, que as discussões neoliberais e pós-modernas extinguiram” (Moreira 2003, 52)

Quanto à tese do fim do trabalho Thomaz Júnior conclui que,

Não podemos concordar com a tese do fim do trabalho ou da perda de sua centralidade, tampouco com o fim da revolução do trabalho. [...] o que se vê não é o fim do trabalho, mas sim a continuação desmedida da exploração do trabalho, sob novas exigências da lei do valor e, portanto, uma nova gestão societal gerida por novos referenciais, impulsionados e sacramentados no interior do processo de reestruturação produtiva do capital. (Thomaz Júnior, 2002a, 7)

Quanto à vinculação do trabalho com a ciência geográfica o mesmo Thomaz Júnior parte do pressuposto de que,

[...] o trabalho nas suas múltiplas formas de externalização, e as metamorfoses que recaem sobre o universo do trabalho atingem em cheio a dinâmica espacial do ser que trabalha, redimensionando a configuração geográfica da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização, e ainda as diferentes formas de expressão (material e/ou subjetiva) com implicações profundas na heterogeneização, na complexificação e na hierarquização da classe trabalhadora”. (Thomaz Júnior 2005, 4)

Ou ainda,

A geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categorias/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações. (Thomaz Júnior 2002a, 4)

São estes pressupostos teóricos que orientarão a análise da produção e do trabalho nas indústrias importadoras e exportadoras instaladas em Vitória da Conquista e do conjunto de questões a ela inerentes.

Considerações Finais

Como visto, o trabalho sempre foi uma categoria de análise da geografia, entretanto, quase sempre ocupou a posição de mediação entre a relação homem-natureza. Esta pesquisa pretende, modestamente, somar ao esforço recente de muitos outros pesquisadores que deslocam o trabalho para o centro da análise geográfica.

No plano local e regional, intenta-se sistematizar informações e dados sobre o processo de reestruturação produtiva do capital e as transformações sócio-espaciais decorrentes, para uma análise mais particularizada das metamorfoses no mundo do trabalho e, aqui especificamente, do trabalho industrial e a dimensão espacial dos trabalhadores desta atividade econômica no município em pauta.

Desse modo, ao adotar o trabalho industrial como foco analítico busca-se compreender os seus rebatimentos na produção espacial, mais especificamente, da cidade de Vitória da Conquista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, Giovanni. 2000. *O novo e o precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, Ricardo. 1999. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- _____. 1995. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez.
- Benko, Georges. 1999. *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.
- Carlos, Ana Fani Alessandri. 1988. *Espaço e indústria*. São Paulo: Contexto.
- Chesnais, François. 1996. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

- Cocco, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.
- Gorz, André. 1982. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense.
- Giddens, Anthony. 1991. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Harvey, David. 1993. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Ianni, Octávio. 1996. *A era do globalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kurz, Robert. 1996. *O colapso da modernização*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Lefèbvre, Henri. 1973. *Espacio y política*. Barcelona, Ediciones Península.
- _____. 2001. *O Direito à Cidade*. 2. ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro.
- _____. 2002. *A revolução urbana*. Tradução Sérgio Martins. Revisão Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Lojkine, Jean. 1997. *O estado capitalista e a questão urbana*. 2. ed. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes.
- Martin, Jean-Yves. 1997. *A geograficidade dos movimentos socioespaciais*. In: Caderno Prudentino de Geografia. *Geografia, movimentos sociais, natureza*. Presidente Prudente/SP: AGB – Seção Local.
- Mézáros, István. 2002. *Para além do capital*. Tradução César Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo/Unicamp.
- Moraes, Antônio Carlos Robert de e Costa, Wanderley Messias da. 1999. *A valorização do espaço*. 4. ed. São Paulo: Hucitec.
- Moreira, Ruy. 1998. *Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho*. Trabalho e tecnologia – UNITRABALHO. São Paulo: UNITRABALHO.
- _____. 2003. *Trabalho e movimentos sociais no Brasil: Um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória?* Revista Pegada Eletrônica, Vol. 4, n. 1, 2003. Disponível em WWW.prudente.unesp.br/ceget/pegada/pegesp2.htm.
- _____. 2006. *Para onde vai o pensamento geográfico?* São Paulo: Contexto.
- Ramos, Maria Helena Rauta. (Organizadora). 2003. *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Ribeiro, Luiz Carlos de Queiroz.; Santos Júnior, Orlando Alves dos. (Organizadores). 1997. *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, Milton. 1980. *Por uma geografia nova*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.
- _____. 1996. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. 1991. *Metamorfoses do espaço habitado*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.
- Thomaz Júnior, Antônio. 2002a. *Por uma geografia do trabalho*. IV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona. Disponível em: WWW.prudente.unesp.br/ceget/pegada/pegesp2.htm.
- _____. 2002b. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, v. 3, n. 1.

- _____. 1994. *A terceirização no contrapasso da ação sindical: o pulo do gato dos anos 90*. In: Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.16, p. 168-186.
- _____. 2005. *Leitura geográfica da práxis social do trabalho*. Abalar, Santiago de Compostela, n. 5.